
A PROFESSORA PRIMÁRIA REPUBLICANA, UMA LEITURA DE CONDUTAS FEMININAS

Francinaide de Lima Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
francinaide_pedagog@yahoo.com.br
Maria Arisnete Câmara de Morais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
arisnete@terra.com.br

Este trabalho analisa a conduta da professora primária a partir de sua formação na Escola Normal de Natal, bem como de sua atuação nos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte, no período de 1908 a 1920.

Pesquisamos nas fontes disponíveis no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tais como o jornal *A República*, a revista *Pedagogium*, Leis e Decretos do Governo, Regimentos Escolares, como também fotografias. Utilizamos Atas, Ofícios, Relatórios Anuais da Diretoria Geral de Instrução Pública, *Livro de Honra* e Diários de Classe, provenientes do Arquivo Público do Estado. O diálogo com esses documentos evidencia uma configuração na qual os códigos de conduta, para além de prescrições, constituem-se como um *habitus* reservado para a professora primária.

Em Natal, a professora primária era formada pelo Curso Normal oferecido na Escola Normal de Natal. A primeira tentativa de criação da Escola Normal¹ remonta ao período de 1874, num sótão do Atheneu, instalada pelo Presidente Bandeira de Melo. Nestor Lima informa que ela possuía vinte alunos e o seguinte corpo docente: Aleixo Tinoco, português; Hermógenes Tinoco, aritmética e geometria; Joaquim Germano Ramos, geografia; José Idelfonso Emerenciano, caligrafia; Augusto Zani, desenho linear e pedagogia; Francisco Gomes da Silva, que era diretor geral da instrução pública.

Conseguiu formar três professores: Celso Caldas, Joaquim Peregrino e Antônio Gomes Leite. Nestor Lima dá conta de que não foi além porque o governo provincial decidiu submeter os recém diplomados ao concurso comum para o provimento de vagas nas mesmas condições que os leigos. O desânimo foi geral. A instituição foi extinta pela Lei de 19 de novembro de 1877, sob a presidência de Tolentino de Carvalho.

Segundo informações que a professora Francisca Nolasco Fernandes (D. Chicuta), primeira diretora mulher da instituição após oito direções masculinas, recolheu através de D. Beatriz Cortez, foram alunas dessa escola: D. Balbina Câmara, Isabel Gondim e Maria Paulina de Castro Barbosa, mãe da informante. Entretanto, D. Chicuta ressalva que “a não ser

essa informação, nada consta de oficial. D. Maria Paulina apenas falando à filha, referia-se que fora colega das outras duas na mesma escola. E pelos cálculos, poderia ter sido na mesma escola”. Mas, é pouco provável que Isabel Gondim tenha estudado nessa Escola Normal, uma vez que em 1874 lançava a primeira edição do seu livro *Reflexões às minhas alunas*, em plena atividade docente.

A segunda Escola Normal, criada já na República, “foi nati-morta”, na expressão de Nestor Lima. Apenas se sabe que foi criada pelo governador Adolfo Gordo, por Decreto de 8 de fevereiro de 1890.

A terceira Escola Normal, que é a de Pedro Velho, a do Decreto de 30 de abril de 1892, só chegou a ser instalada em 1896. Era exclusivamente masculina. Diplomou, até 1901, cinco alunos: Pedro Alexandrino, Pedro Gurgel de Oliveira, Lourenço Gurgel do Amaral, Alfredo Celso Fernandes e Luiz Marinho Simas. “Extinguiu-se à falta de alunos, ou melhor, morreu de inanição”. É a análise de Nestor dos Santos Lima.

Finalmente, por meio da Reforma do Ensino Primário (Lei n. 249, de 22 de novembro de 1907) o Governador Alberto Maranhão² expede o Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, criando uma “Escola Normal para o preparo do magistério de ambos os sexos, anexo ao Atheneu norte-rio-grandense com as suas cadeiras providas mediante contrato e a sua direção confiada a um lente do Atheneu”. Esta data também coincide com o ano de nascimento da futura professora e escritora Chicuta Nolasco Fernandes. Pelo referido decreto também foi criada uma rede de Grupos Escolares.

O ingresso feminino no espaço público, no início do século XX, dava-se a partir do Curso Normal, o qual compreendia três anos. Compunha-se das seguintes disciplinas: Português, Francês, Aritmética, Noções de Geometria teórica e prática, Geografia Geral e particular do Brasil, História Geral e particular do Brasil, Educação Moral e Cívica, Noções de Física e Química aplicadas à vida prática, História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais. Este corpo de conhecimentos gerais e científicos era ministrado nos dois primeiros anos. Eram disciplinas especializadas que dotavam o curso de um caráter propedêutico à profissão docente.

As disciplinas que compunham o último ano consistiam em Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Higiene Escolar, Desenho, Princípios de Música e Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino), Educação Física e Exercícios Infantis. Finalmente, o local da prática era o Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (Decreto n. 174, de 5 de março de 1908). Esta experiência prática no

cotidiano de uma instituição primária introduzia os docentes no magistério e dava ao Curso Normal aspectos instrumentais.

No final dos dois primeiros anos, os alunos submetiam-se a uma avaliação para aferir o aprimoramento nas matérias. Ao término do último passavam por mais um exame de suas aptidões nas matérias e, por fim, na prática escolar adquirida no Grupo Modelo durante o ano letivo. A partir de 1910 o Ensino Normal passou a ser ministrado em quatro anos.

A primeira direção da Escola Normal de Natal coube a Francisco Pinto de Abreu. O corpo docente era composto por: Ezequiel Benigno de Vasconcelos, João Tibúrcio, Padre Calazans, Manoel Garcia, Teódulo Câmara, José Gervásio, Clotilde Fernandes de Oliveira, Otávio Arantes e Nestor Lima. O detalhe é que a Escola Normal, criada para a educação de ambos os sexos, tinha apenas uma professora nos seus quadros: Clotilde Fernandes de Oliveira.

Este corpo docente diplomava a primeira turma em 4 de dezembro de 1910, com vinte e sete professores dos quase sessenta candidatos que se submeteram a exame de admissão e dos quarenta que foram aprovados, mas não chegaram a concluir.

Foram os seguintes, os diplomados: Luís Antônio dos Santos Lima, Severino Bezerra de Melo, Manuel Tavares Guerreiro, Anfilóquio Carlos Soares Câmara, Francisco Ivo Cavalcanti, José Rodrigues Filho, Luís Garcia Soares de Araújo, Ecila Pegado Cortez, Judite de Castro Barbosa, Áurea Fernandes Barros, Olda Marinho, Stela Vésper Ferreira Gonçalves, Beatriz Cortez, Arcelina Fernandes, Guiomar de França, Anita de Oliveira, Francisca Soares da Câmara, Maria Natália da Fonseca, Maria Abigail Mendonça, Maria das Graças Pio, Clara Fagundes, Maria da Conceição Fagundes, Maria Julieta de Oliveira, Maria Belém Câmara, Maria do Carmo Navarro, Helena Botelho e Josefa Botelho.

Um aspecto que se sobressaía dessa turma é que dos vinte e sete alunos diplomados vinte eram mulheres e apenas sete homens. A cerimônia de colação de grau ocorreu no Palácio do Governo, presidida pelo Governador Alberto Maranhão.

Apesar da vigilância que cercava esses alunos, pois as moças iam para a instituição acompanhadas por pessoas que lhes serviam de guardiãs, enquanto os rapazes ficavam à respeitosa distância, houve tempo para entendimentos entre quatro casais de estudante³. Celebravam seus noivados no dia da colação de grau: Severino Bezerra e Judite Barbosa; José Rodrigues Filho e Olda Marinho; Anfilóquio Câmara e Áurea Barros; Luís Antônio dos Santos Lima e Ecila Cortez.

Concluído o Curso Normal, os docentes estavam habilitados para atuarem no Ensino Primário, como professores em qualquer uma das instituições primárias do Rio Grande do Norte:

O Estado só reconhece, como tais, para o aproveitamento efetivo no magistério público, os professores diplomados pela Escola Normal do Rio Grande do Norte, externato dirigido por pessoa de livre nomeação do Governador, dentre os professores ou dentre os profissionais estranhos ao mesmo estabelecimento (A REFORMA DO ENSINO, 1917b, p. 11).

O percurso formativo e a atuação das professoras nos Grupos Escolares permitem-nos a configuração educacional, em particular, a formação do professorado primário do Rio Grande do Norte no início do século XX. O que as une são a formação na Escola Normal de Natal e a prática pedagógica nas instituições primárias norte-rio-grandense, mas também a construção de um campo de atuação profissional para a mulher, o magistério primário.

Aprovadas em concurso público, as recém diplomadas, Josefa e Helena Botelho vão lecionar no interior atendendo a um dos objetivos da Reforma do Ensino, a expansão do ensino para o interior. As professoras Josefa e Helena Botelho eram filhas de José Paulino de Carvalho Botelho e de Maria Marcolina Botelho. Em 1911, são nomeadas para a docência no Grupo Escolar Senador Guerra (Decreto n. 189, de 16 de fevereiro de 1909), instalado na cidade de Caicó. Foram as primeiras professoras formadas a atuarem naquela cidade.

A condição de jovens professoras causou desconfiança nos pais dos alunos, particularmente, sobre o desempenho didático das moças. Todavia, por meio do magistério conseguiram firmar-se como professoras, bem como o respeito da sociedade caicoense. Além disso, as jovens eram acompanhadas no trajeto da casa da família que as recebeu na cidade até a instituição de ensino.

Desse modo, mantinha a moralidade, um dos atributos femininos para o exercício do magistério. Este também era o argumento para que os cursos primários destinados aos meninos fossem ministrados por professores. As classes primárias masculinas admitiam alunos de seis a doze anos. Os meninos podiam ter lições com professoras somente nos Cursos Infantis Mistos os quais admitiam meninas e meninos de cinco a dez anos.

Seguindo este objetivo a professora Judith Bezerra tinha por procedimento da primeira atividade de sua aula tomar a lição de cada aluno. Para tanto, eram seguidas a ordem das fileiras dos bancos escolares. A referida chamava um aluno por vez, esse aluno se

levantava e lia a página da leitura recomendada no dia anterior. O livro era *Leituras Morais*, de Arnaldo de Oliveira Barreto.

Quando diplomados, os professores tinham o incentivo do Estado através do *Livro de Honra*. Os que obtivessem boas notas recebiam elogios, votos de louvor e outros tipos de comendas. O *Livro de Honra* foi criado pelo Artigo 195, da Lei Orgânica do Ensino de 1916, no qual os professores primários que se destacassem eram homenageados. Um estímulo à prática docente. O assentamento do nome no referido era considerado uma recompensa aos educadores que mais trabalhassem pela difusão e desenvolvimento do ensino. Para receber a láurea, os mestres tinham que se distinguir pelo trabalho intelectual, pela técnica escolar, bem como no cumprimento dos deveres profissionais e na dedicação à causa da instrução.

A ação pedagógica dos professores primários era norteada por concepções didático-metodológicas, apresentadas nos Regimentos Internos dos Grupos Escolares, que normatizava também as Escolas Isoladas. Este documento incentivava a imposição da disciplina em sala de aula, regulava o comportamento de alunos e professores no interior da instituição escolar, assim como a disseminação de valores e normas educacionais e sociais. A mudança proposta nestes Regimentos Internos se materializava no ambiente escolar. Os processos de ensino intuitivo, o aprender-fazendo, e a formação específica do educador tinham relação intrínseca com a Pedagogia Nova. A prática dos preceitos modernos no ato de educar conferia unidade teórica, técnica e profissional, que buscavam garantir o efetivo proveito da instrução primária e valorizavam a profissão do professor primário.

O esforço das professoras é evidenciado na menção apresentada pelo *Livro de Honra*. Era um fato comum que as mestras das Escolas Anexas à Escola Normal, como eram conhecidas as escolas que compunham o Grupo Modelo, tivessem seus nomes aludidos no registro. Expressava a importância do estabelecimento de experimentação das normalistas, lugar para onde todos os diplomados desejavam atuar com o término do Curso Normal. Anna Silva de Araújo era professora no Curso Isolado Feminino, oferecido no Grupo Modelo Augusto Severo. Era louvada por haver lecionado com aproveitamento a cinquenta e cinco alunos, em 1914; a cinquenta e oito, em 1916; e a cinquenta, em 1918 (LIVRO DE HONRA, 1919, p.10).

Guiomar de França, também era professora do Grupo Modelo. Ministrava aulas para o Curso Elementar Feminino e por Ato, de 29 de março de 1919, teve seu trabalho, destinado a cinquenta e um alunos, em 1915; a cinquenta e oito, em 1916; a quarenta e nove, em 1918, reconhecido pela Diretoria Geral da Instrução Pública (LIVRO DE HONRA, 1919, p.15). O

referido ato alude ao registro assentado no *Livro de Registro Profissional* no qual a professora Guiomar de França recebe elogios pela sua exemplar dedicação e assiduidade no trabalho.

Vale salientar que estes elogios, homenagens e comendas passavam pelo crivo da Diretoria de Instrução, uma vez que eram provenientes das análises dos inspetores de ensino, no caso das professoras do Grupo Modelo, o professor também diplomado na primeira turma, Anfilóquio Câmara. As fontes evidenciam que as mulheres professoras estavam na sala de aula. Os professores homens que se empenhavam na profissão envolviam-se com atribuições de inspetor de ensino ou exerciam cargos de direções, tais como: Diretores da Instrução Pública, posteriormente, Departamento de Educação, dos Grupos Escolares, das Escolas Normais. Isso pode ser observado a partir do fato que a Escola Normal de Natal só teve sua primeira diretora, Chicuta Nolasco Fernandes, quarenta e seis anos após sua abertura, em 1952 (MORAIS, 2006, p.64-65).

As similitudes entre as professoras em análise são a formação no Curso Normal e diplomação na primeira turma, mas também a ação didático-pedagógica nas escolas primárias, segundo as determinações estabelecidas pela Diretoria Geral de Instrução Pública.

O que fizeram? Estavam nas salas de aula transformando a atividade de ensinar em um ofício possível para as mulheres. Produziam práticas, delineavam condutas e mentalidades. Nas salas de aula, nos corredores, nos pátios e em outros meios, as professoras representavam os artífices da moral, atendiam aos preceitos vigentes. Enfrentavam desafios. Formas do fazer docente que evidenciam a história do magistério no Rio Grande do Norte.

Atuaram também na Associação de Professores do Estado, como associadas e na secretaria. Também exerceram os cargos de secretárias, redatoras e bibliotecárias da revista *Pedagogium*, órgão da Associação de Professores, criado em 1921.

A Escola Normal de Natal e os Grupos Escolares são, por assim dizer, instituições de práticas educacionais, espaços de construção de símbolos republicanos e de sentidos para a mulher no exercício do magistério. Servem para a aprendizagem prática e às vivências formativas que forjam uma mulher particular, a professora primária, como também o pretense cidadão republicano. Muitas das professoras diplomadas no Curso Normal foram responsáveis pela educação de gerações e para a formação da sociedade letrada norte-riograndense.

-
- ¹ As Escolas Normais existem no Brasil desde o século XIX e a pioneira delas foi criada em 1830, em Niterói e pioneira também na América Latina (ROMANELLI, 1984, p. 163). A Escola Normal foi tema do romance *A Normalista*, publicado em 1893 pelo escritor cearense Adolfo Caminha e da música popular *A Normalista*, de Benedito Lacerda, eternizada na voz de Nelson Gonçalves.
- ² Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba, no dia 02 de outubro de 1872. Foi promotor público em Macaíba, elegeu-se Governador do Rio Grande do Norte pela primeira vez em 1899. Em 1908, retorna ao Governo do Estado, função na qual permanece até 1913. Foi responsável pela construção do Teatro Carlos Gomes – atual Teatro Alberto Maranhão –, criou o Conservatório de Música, o Hospital Juvino Barreto – hoje Hospital Universitário Onofre Lopes –, implantou a luz e o bonde elétrico em Natal.
- ³ O mesmo fato ocorreu em uma turma subsequente. O professor Eliseu Vianna contraiu núpcias com a professora Celina Guimarães, após a colação de grau, e ambos foram atuar no interior do Estado. Eliseu Vianna dirigia o Grupo Escolar Trinta de Setembro (Decreto n. 180, de 15 de novembro de 1908), na cidade de Mossoró. A professora Celina Guimarães Vianna era louvada no *Livro de Honra*, após visita do inspetor de ensino Anfilóquio Câmara, pela inteligência e assiduidade despendida no trabalho no Grupo Escolar Trinta de Setembro (LIVRO DE HONRA, 1919, p.10).

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BOTELHO, Helena. Diário de classe. Taipú (RN), mar./nov. 1919a.
- BOTELHO, Josefa. Diário de classe. Taipú (RN), mar./nov. 1919b.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução: Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Tradução de: *Die höfische Gesellschaft*.
- INSTRUÇÃO PÚBLICA. *A República*, Natal, 3 nov. 1908.
- LIMA, Nestor. *Um século de ensino primário*. Natal: Tipografia da República, 1927.
- MORAIS, M. A. C. de; SILVA, F. de L. História da Profissão Docente em Natal (1908-1920). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 267-278, maio/ago. 2009.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito*. Natal: Editorial A República, 2006. (Série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte, v. 2).
- Pedagogium*. Revista da Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Natal: Tipografia de A República, 1921-1925.
- RIO GRANDE DO NORTE (1917c). Diretoria Geral de Instrução Pública. *Registro de ofícios*, n. 57, 1917. Natal. (Manuscrito).
- RIO GRANDE DO NORTE. *Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916*. Reorganiza o Ensino Primário, Secundário e Profissional. Natal: Tipografia de A República, 1917a.

RIO GRANDE DO NORTE. *A reforma do ensino*. Ligeiro comentário à Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o Ensino Primário, Secundário e Profissional. Natal: Tipografia de A República, 1917b.

RIO GRANDE DO NORTE. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte* (1907-1913). n. 10. Natal: Tipografia de A República, 1907-1913.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento da Instrução Pública. *Registro de ofícios* (1918-1920). Livro n. 5 (completo). Natal. (Manuscrito). 200f.

RIO GRANDE DO NORTE. Diretoria Geral da Instrução Pública. *Livro de Honra* (1914-1919). Natal, 1919.

RIO GRANDE DO NORTE. *Livro de assinaturas de presença e atas do Curso de Férias* (1925-1926). Natal, Manuscrito. 1926. 50f.

RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento dos Grupos Escolares do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia de A República, 1909f.

RIO GRANDE DO NORTE. *Regimento Interno dos Grupos Escolares*. Natal: Tipografia de A República, 1925c.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.